

AVANÇOS E RECUOS NA PROPOSTA DE COOPERATIVISMO: O CASO DA COPAVI, PARANACITY-PR

ADVANCES AND RETREATS IN MOTION FOR COOPERATIVISM: THE CASE OF COPAVI, PARANACITY-PR

Fábio Luiz Zeneratti¹

Resumo: As reflexões contidas neste trabalho têm como recorte empírico a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), uma experiência de assentamento rural fundada no trabalho coletivo sob uma modalidade de cooperativismo que alcançou êxito em poucas experiências, posto que a maioria dos assentados, ao alcançarem o acesso à terra, tendem a explorá-la individualmente. O objetivo do trabalho é compreender nesta fração do território, por meio de pesquisa de campo e análise de gabinete, a relação estabelecida entre os camponeses e o cooperativismo social-comunitário. Paradoxalmente, a dinâmica interna do assentamento revelou uma significativa rotatividade das famílias. Fenômeno explicado, em parte, pela posição ambígua que a cooperativa ocupa, com ingredientes da lógica empresarial de gestão e da lógica camponesa de produção, acrescido de critérios de adesão flexíveis que possibilitam a convergência de trabalhadores distintos segundo uma perspectiva de classe. Porém, foi possível identificar que a COPAVI resiste ao longo do tempo como resultado dessas contradições, que ora se apresentam como fatores desagregadores ao trabalho coletivo, ora se apresentam como estratégias de resistência e fortalecimento.

Palavras-chave: campesinato, assentamento, cooperativismo.

Abstract: The reflections contained in this work with a focus on Agricultural Production Cooperative of Victoria (COPAVI), an experience of rural settlement founded in collective work under a modality of unionism that has achieved success in a few experiments, since the majority of settlers, to achieve access to land, tend to exploit it individually. The objective of investigation was to understand this fraction of the territory, through field research and analysis cabinet, the relationship established between the peasantry and cooperative social-community. Paradoxically, the internal dynamics of the settlement revealed a significant turnover of families. Phenomenon explained, in part, by the ambiguous position that occupies the cooperative, with ingredients of business logic and management logic peasant production, plus flexible membership criteria that enable the convergence of different workers according to a class perspective. Therefore, was possible to identify the COPAVI resists over time as a result of these contradictions, which sometimes present as disruptive factors to the collective work, sometimes present as strategies of resistance and strengthening.

Keywords: peasantry, rural settlement, cooperativism.

¹ Doutorando pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: fabio.zeneratti@hotmail.com

Introdução

A luta pela terra não pode ser entendida exclusivamente pelas ações desenvolvidas pelos camponeses para conquista-la, mas como fruto da luta cotidiana para manter-se nela. Aos que conquistaram a sonhada terra de trabalho o desafio é, senão maior, este também.

Sendo assim, os camponeses assentados têm adotado estratégias de fortalecimento e resistência para produzir e viver, entre as quais os assentamentos coletivos, um dos quais se constitui no recorte empírico deste trabalho. A cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) foi o modelo instituído para organizar a produção e a vida social dos camponeses do Assentamento Rural Coletivo Santa Maria, localizado no município de Paranacity mesorregião Noroeste do estado do Paraná, e recebeu o nome de Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI).

A área de 252 hectares que hoje pertence ao assentamento foi desapropriada em 1988 por ser considerada improdutivo e ocupada no dia 19 de Janeiro de 1993 por camponeses organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Participaram desta ocupação 25 famílias, oriundas basicamente das regiões Oeste e Sudoeste do estado Paraná.

Neste caso de luta pela terra os camponeses obtiveram êxito, em Julho de 1993 foi criado o assentamento, inicialmente composto por 16 famílias. Este período foi marcado por muitas reflexões sobre o tipo de assentamento a ser implantado no local. A questão era optar entre o coletivo ou individual, sendo o primeiro caracterizado pela posse coletiva dos meios de produção, inclusive a terra, e no segundo caso, na propriedade dividida entre as famílias, cada uma recebendo um lote.

O posicionamento ideológico do Movimento foi decisivo na escolha pela formação da cooperativa-coletiva, sobretudo porque neste período estavam latentes os debates sobre produção coletiva nos assentamentos. Debates que tomaram corpo ainda no início da década de 1990, antes disso, as relações comunitárias eram menos elaboradas, como os mutirões e as trocas de dias serviços.

O Movimento que, neste período, sofria forte repressão por parte do governo federal, passou a se preocupar com a organização interna. E os assentamentos seriam peças fundamentais na construção da resistência dos trabalhadores, como destacou Fabrini (2003).

O modelo de CPA implantado pelo MST recebeu fortes influências dos exemplos de cooperativas cubanas. Segundo Fabrini e Marcos (2010), em Cuba as CPAs se constituem numa proposta significativa para elevar os padrões técnicos, econômicos e políticos da agricultura camponesa, se aproximando mais do socialismo. Embora no Brasil tenham servido de referência para o MST na elaboração da proposta coletiva não se tratou de uma simples transferência, foi necessário adequá-las à realidade brasileira substancialmente distinta da cubana.

Ao se fomentar a cooperação agrícola se buscava, além da sobrevivência socioeconômica dos assentados, o fortalecimento da luta pela reforma agrária, pois desde o princípio assumiu-se que a simples destinação de um lote não poderia significar a ruptura com a identidade “sem terra” e o conteúdo político a ela inerente.

A partir desta compreensão, os assentamentos deixaram de ser o fim da caminhada e passaram a ser o início de um novo processo. Como destacou Fernandes (1996, p. 241) “entendemos que o assentamento como fração do

território é um trunfo na luta pela terra”. Diante disso, eles passam a desempenhar o papel de retaguarda e alicerce para o Movimento continuar se territorializando.

No caso da COPAVI contribuiu ainda para a opção pelo coletivo a degradação do solo na área do assentamento, que além de sua fragilidade natural por ser arenoso, estava muito empobrecido pelo cultivo sucessivo da cana de açúcar, desenvolvida como estratégia de ocultamento da improdutividade, ou seja, o fazendeiro em vias de perda da propriedade a arrendou a uma usina sucroalcooleira da região, estratégia que fracassou.

Atualmente o quadro social da COPAVI está composto por 22 famílias (66 pessoas), todas elas divididas pelos setores de produção. No total são sete setores, cada um responsável por uma determinada atividade. O setor de moradia envolve as casas da agrovila, o setor de cozinha faz as refeições diárias, o setor de padaria produz pães e outros produtos, o setor de laticínio envolve todo o processo leiteiro, o setor de horta produz diversos alimentos, o setor canavieiro é responsável pelo cultivo e processamento dos derivados da cana de açúcar, por fim, o setor de comércio que faz a venda da produção.

A agrovila está organizada em duas ruas sem pavimentação asfáltica, mas em bom estado de uso, sem buracos ou danos que dificultem o tráfego. As moradias são quase todas de alvenaria, apenas uma é de madeira, a área média construída de cada casa é de 90m². Todas têm água encanada (poço artesiano) e energia elétrica.

Do total de casas, apenas três estão em condições precárias, apresentando rachaduras nas paredes, telhado danificado e estrutura comprometida, das quais duas ainda estão habitadas, mas segundo informações de campo, em breve serão desativadas, pois está em fase de construção duas novas casas para abrigar as famílias que ali residem.

É relevante destacar, além do padrão estrutural das casas, o conjunto de elementos que compõem a agrovila, pois é notório o quanto ela é arborizada, tranquila, quintais amplos e floridos.

Porém, a COPAVI é mais que a forma e a estrutura, sua riqueza está na dinâmica socioespacial, nas relações estabelecidas entre os sujeitos que ali residem e o seu território. Partindo deste ponto tentamos compreendê-la a partir de suas contradições.

A composição social da cooperativa é heterogênea, a partir dos levantamentos de campo, foi possível identificar sujeitos sociais oriundos de classes sociais distintas, o que implica em maneiras também distintas de se relacionar com o trabalho. Ademais, a COPAVI ocupa uma posição dúbia entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa de trabalho e vida, o que têm contribuído para elevar o índice de rotatividade das famílias assentadas, afinal, desde a criação já passaram pela cooperativa cerca de 40 famílias.

É oportuno referenciar que a sutileza da dinâmica socioespacial desta fração do território exigiu atenção quando da realização dos trabalhos de campo: os dados empíricos que subsidiaram as análises foram obtidos por meio de entrevistas com os assentados. Embora todos tenham dado expressa autorização para publicação de seus nomes e conteúdos de suas falas, optou-se por mantê-los no semianonimato, pois há informações que de algum modo podem levar à exposição dos sujeitos, razão pela qual se utiliza apenas as iniciais dos nomes para identificar a origem das falas transcritas.

Os trabalhos de campo consistiram em visitas realizadas ao assentamento, nas quais foram entrevistados o coordenador geral da cooperativa e mais 13

famílias. Na elaboração das entrevistas optamos pela metodologia de entrevistas não padronizadas, pois como destaca Andrade (2003) este tipo de procedimento proporciona liberdade ao entrevistado, afinal as perguntas não são rígidas. Porém, para manter certa lógica que possibilitasse balizar todas as entrevistas realizadas, utilizamos um roteiro pré-estabelecido, com os principais pontos relativos ao assunto pesquisado, mas mantendo a liberdade do entrevistado e a possibilidade de sermos surpreendidos pela imprevisibilidade dos diálogos durante o procedimento. O que para Almeida (*apud* CAMACHO, 2011, p. 50) é um caminho possível ao se trabalhar com fontes orais diante da riqueza das narrativas, principalmente superando os questionários rígidos, que acabam não contemplando esta imprevisibilidade do concreto e suas significações de acordo com o narrador.

Concomitante aos trabalhos de campo se fez necessário cuidadoso trabalho de gabinete, primeiro para ampliar o referencial teórico acerca do tema e, posteriormente, para subsidiar a análise e interpretação dos dados obtidos em campo.

Estes procedimentos teórico-metodológicos balizaram esta busca científica em apreender os avanços e os recuos na proposta de cooperativismo desenvolvida pelos camponeses nesta fração do território e suas contradições.

Os sujeitos da COPAVI: contradições, limites e possibilidades para a resistência do assentamento coletivo

Para se tornar sócio/assentado da COPAVI o principal critério para adesão é se identificar com a proposta coletiva. Ao contrário do que se imagina, não é determinante o fato da família ter trabalhado no campo ou mesmo ser integrante do MST, como expressa o Estatuto da Cooperativa.

Art. 6º. Poderá ingressar na cooperativa toda pessoa acima de 18 anos, que reside na área de atuação, e comprovar possibilidades de contribuir para os objetivos da cooperativa. O número de associados não terá um limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 pessoas físicas (COPAVI, 2009).

O Estatuto impõe a obrigatoriedade de comprovar possibilidades de contribuir com o projeto, tal exigência será aferida durante um período de quatro meses de experiência, após o qual haverá uma avaliação em assembleia. Havendo decisão favorável a família poderá se associar e morar definitivamente no assentamento.

A seleção pode acontecer de duas maneiras, por meio de convite da cooperativa ou pelo interesse da própria família, nos dois casos os tramites para a adesão são os mesmos. O único valor cobrado para se associar é a cota capital de R\$135,00.

A adesão e a permanência não são obrigatórias, qualquer família pode se desligar a qualquer momento, sendo reembolsada do valor da cota capital e de possíveis investimentos realizados nas moradias ou afins.

As famílias assentadas na COPAVI atualmente são oriundas de diversas regiões do estado do Paraná e Santa Catarina, sendo necessário destacar que houve uma rotatividade grande na cooperativa, como relata um dos assentados, “durante os 18 anos de existência passaram pela COPAVI cerca de 40 famílias” (entrevistado Sr. I.), tanto que das 16 inicialmente assentadas restam apenas 06.

As consequências da saída dos cooperados se manifestam, de imediato, na produção, que ao perder mão de obra especializada na atividade sofre desestruturas passageiras, que tendem a ser superadas com o ingresso da família substituta, o que não quer dizer que não haja prejuízo às atividades a cada episódio dessa natureza. Por isso, os critérios de adesão não são rígidos, até porque aos que chegam há dificuldades de adaptação ao campo, quando se trata de famílias provenientes do urbano, ao modelo coletivo e até de relacionamento interpessoal.

Para o coordenador da COPAVI a maior dificuldade é justamente a desistência das famílias, motivada pela dificuldade de adaptação ao coletivo, “porque aqui tudo é nosso, mas a tendência é de sobressair o eu sobre o nós”.

Por outro lado, esta dinâmica se mistura com diferentes trajetórias de vida: a COPAVI congregou no mesmo local sujeitos de origens e modos de vida distintos - muitos passaram, alguns se fixaram, outros ainda não se adaptaram. Este emaranhado de relações pode ser compreendido a partir das histórias de vida.

Por isso, buscamos entender a posição social destes assentados, seus projetos e dificuldades, que desembocam numa realidade marcada por encontros e desencontros, expressa, sobretudo na decisão de permanecer ou de deixar a cooperativa.

Na COPAVI, tanto quanto em praticamente todos os assentamentos no Brasil, sua instalação e consolidação é fruto da luta dos trabalhadores pela terra de trabalho, sendo esse o elemento que abre possibilidades para a territorialização camponesa. A Família do Sr. I., por exemplo, foi construída no seio da luta pela terra, em 1984 se casou e no ano seguinte deixou a propriedade de 12 hectares do pai na cidade de Capanema-PR para acampar. Segundo ele os motivos que o levaram a entrar na luta foram a impossibilidade de ficar com os pais devido o reduzido tamanho da propriedade, os convites do MST para participar de ocupações de terra e o trabalho feito pelo Movimento no sentido de “mostrar a realidade dos latifúndios do país”. Antes de chegar à COPAVI em 1993 passou por acampamentos nos municípios paranaenses de Marmeleiro e Chopinzinho.

Esta dificuldade de se reproduzir como camponês está diretamente ligada à estrutura concentrada da propriedade da terra, que segundo os dados do último censo agropecuário realizado em 2006 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 47,86% dos estabelecimentos agropecuários têm menos de 10 hectares e ocupam uma área de apenas 2,36% do total da área dos estabelecimentos, já os estabelecimentos a partir de 1.000 hectares ocupam uma área de 44,42% do total, mesmo representando apenas 0,91% dos estabelecimentos.

Ademais, como se não bastasse esta estrutura fundiária concentracionista, no Brasil a terra assume caráter de mercadoria escassa, mesmo que artificialmente, devido a mecanismos que favorecem a posse para especulação e reserva patrimonial.

O cerceamento ao seu acesso atua no sentido de desequilibrar a relação oferta-procura, ocasionando uma valorização que a torna [terra] inacessível à maior parte dos trabalhadores, inclusive aqueles envolvidos em atividades agrícolas (PAULINO, 2006, p. 28, grifo nosso).

Esta realidade foi vislumbrada pela família do Sr. I. ao identificar que não haveria possibilidade de se reproduzir como camponês por outro mecanismo que não fosse a luta pela terra. Hoje acredita que fez a escolha certa, inclusive afirma

que a faria novamente, se considera camponês e por ser filho de camponês está acostumado com o trabalho no campo. Sua atividade principal na cooperativa é no setor de laticínio, cuida do pasto e do empacotamento do leite, “por me achar dono sempre trabalho bastante, mais de 12 horas por dia, ajudo em todas as atividades, não pode pensar apenas em acabar o trabalho tem que pensar em trabalhar para melhorar a cooperativa” (entrevistado Sr. I.).

Há outra família na COPAVI que passou por situação semelhante a do Sr. I., porém, com um diferencial, além das impossibilidades oriundas da estrutura fundiária concentrada, o número de filhos da família camponesa foi determinante para a escolha de lutar pela terra.

A família em questão é a da Sra. T., ela filha de trabalhador rural que se casou com um camponês, como o pai dele tinha pouca terra (aproximadamente 20 hectares) e muitos filhos (05 filhos) o casal resolveu acampar, foram para o município de Guarapuava-PR onde permaneceram até 1993, ano que vieram para a COPAVI.

Segundo Ellen e Klass Woortmam (1997) o número de filhos na família camponesa leva a uma contradição, pois num momento são força de trabalho, possibilitando a reprodução familiar através da produção de um excedente, porém, em outro momento tornam-se herdeiros e pelo fracionamento da terra podem levar a reprodução camponesa à crise.

No caso desta família é incontestável a relação entre o número de filhos e o tamanho reduzido da propriedade, o parcelamento excessivo levaria a desestruturação da unidade camponesa.

Segundo a Sra. T. sua aproximação com o MST se deu por meio das frentes de massa, que tinham a função de recrutar famílias para o movimento. Ela relata que não queria vir para uma cooperativa, mas fez a vontade do esposo, aponta que a maior dificuldade foi a adaptação ao trabalho coletivo. Atualmente está lotada no setor de cana de açúcar (agroindústria), responsável pelo processamento de derivados como: cachaça, açúcar mascavo e melado. Já o esposo foi liberado das atividades internas para cursar faculdade em Laranjeiras do Sul-PR, está no segundo ano de Administração e Gestão de Cooperativas.

Na COPAVI já é possível encontrar famílias de segunda geração de assentados, como é o caso da Sra. D., filha mais velha (27 anos) do Sr. I., que mesmo depois de casada continuou residindo na cooperativa. Recentemente concluiu o curso de Agroecologia e contribui na produção agroecológica, que é o fundamento de toda a produção agrícola do assentamento. A sua satisfação com a cooperativa se confirma por sua intenção em permanecer.

A permanência da Sra. D., que pode ser considerada dentro dos parâmetros burgueses como capacitada ao mercado de trabalho, demonstra a negação à proletarização inexorável do campesinato. A luta camponesa para Fernandes (1996) é justamente contra esta possibilidade, antes operando numa perspectiva diversa da lógica do capital, na qual os camponeses não buscam apenas melhores condições de trabalho, mais o direito de propriedade. Para o autor “é por isso que estão ocupando terra, para continuar o seu processo histórico como lavrador, agricultor, camponês, etc., e não como trabalhador assalariado” (FERNANDES, 1996, p. 54).

É imprescindível ressaltarmos que o desenvolvimento do capitalismo no campo não gera somente a expropriação e o assalariamento, pelo contrário, este processo é contraditório, pois ao mesmo tempo o capital cria e recria o trabalho camponês, como destacou Oliveira (1995). Quando concordamos com esta tese estamos também dizendo que os camponeses assentados na COPAVI já

demonstraram por meio da luta pela terra a sua resistência à proletarização, sobretudo, se apropriando de uma fração do território capitalista e o submetendo à lógica camponesa de trabalho.

Neste sentido a COPAVI é território de resistência, a luta não se esgotou na conquista da terra, mas se renova a cada desistência, permanência ou nova adesão. A trajetória histórica do campesinato mostrou que esta classe não está fadada ao desaparecimento, antes encontrou maneiras de resistir as diversas formas do capital intervir no território.

A família do O Sr. Cl. é exemplo concreto de dois mecanismos que atuam no campo brasileiro, primeiro a desterritorialização do camponês que frente aos grandes projetos criados pelo capital são expropriados. O segundo mecanismo se fundamenta na reterritorialização destes camponeses, que por manterem uma relação de reciprocidade indissociável entre sua vida e seu território resistem ao primeiro mecanismo de diferentes maneiras.

O Sr. Cl. reside sozinho no assentamento, está na cooperativa desde o início, veio com seus pais da cidade de Salto Caxias-PR. O pai decidiu vir para Paracity depois que teve suas terras desapropriadas para a construção da barragem da Usina Hidroelétrica Salto Caxias. A construção da usina hidroelétrica levou a família camponesa a desterritorialização, porém, a COPAVI surgiu como possibilidade de recriar seu território.

Em 1998 a família se desligou do assentamento, utilizou o dinheiro da indenização pelas terras desapropriadas para a construção da usina para comprar uma propriedade de 40 hectares em Paracity.

Quando perguntamos ao Sr. Cl. porque seus pais deixaram a cooperativa, ele respondeu dizendo que: “ele achava melhor ir para seu lote”. A resposta pode sugerir que a COPAVI, embora tenha sido importante para que a família permanecesse no campo, não tenha permitido florescer plenamente suas características camponesas, centradas na gestão familiar da propriedade, o que não é possível no assentamento, pois as decisões são coletivas e discutidas nas assembleias.

Hoje o Sr. Cl. esta com 35 anos e não pensa em sair do assentamento, participa ativamente das ações do MST, inclusive ocupação de praças de pedágio e de fazendas. Acredita que o maior problema do assentamento é o desligamento dos jovens que vão tentar melhores condições de vida depois de profissionalizados.

Esta concepção sobre os jovens não é compartilhada pelo Sr. C. que também está na cooperativa desde o início, para ele a escolarização e a profissionalização contribuem para fortalecer o assentamento.

Em suma, a partir do diálogo com os assentados foi possível identificar que as opiniões divergentes entre os Srs. Cl. e C., decorrem da interpretação distinta dos processos em curso, ou seja, para o Sr. Cl. sair do assentamento para estudar impõe um ônus para a cooperativa, porque supõe a dedicação exclusiva aos estudos. Porém, há que se considerar que depois de concluído o curso ocorrerá o retorno à COPAVI, e é neste ponto que a afirmação do Sr. C. apresenta maior consistência, pois dos 08 cooperados que se ausentaram para estudar apenas 01 se desligou, os demais ainda estão ligados à cooperativa, 03 atuando como “liberados” e os demais trabalhando no assentamento.

Os “liberados” são cooperados que estão contribuindo com a luta pela terra de diversas formas como, por exemplo, prestando assistência técnica a outros assentamentos, lecionando em escolas do Movimento ou participando de novas ocupações de terras. Entre os formados que permaneceram ligados à cooperativa

se destacam os cursos de Tecnologia em Agroecologia, Pedagogia, Agronomia, Ciências Contábeis e Administração.

O Sr. C. está aposentado, sendo assim, trabalha apenas 04 horas diárias na cooperativa na função de acompanhar as visitas de estudantes. Ele era proprietário de terra em Guaíra-PR, mas depois de sucessivas perdas de safras, devido a falta de chuva, não conseguiu pagar os financiamentos e acabou perdendo a propriedade. Passou a trabalhar de forma temporária nas fazendas da região, até que em 1984 foi participar das reuniões de trabalhadores sem terra em Cascavel, passando a integrar o MST desde o início do Movimento.

Essa história de vida mostra que a unidade camponesa ocupa uma posição liminar, sua reprodução pode a qualquer momento ser desequilibrada, seja por problemas de saúde na família, equipamentos quebrados ou como no caso destacado, em função das condições naturais podem impor perdas sucessivas de safras. Neste sentido, Shanin (1983) explica que o camponês está sempre muito próximo de uma boa e uma má situação econômica, um desses imprevistos pode colocar a economia da família camponesa em situação desfavorável.

Como história que se repete, a manutenção do Sr. C. como proprietário foi comprometida quando a produção agrícola sofreu solapamento e as perdas das safras o levaram a se endividar no banco e, posteriormente, a não conseguir saldar as dívidas, acarretando a venda da propriedade. Cabe lembrar que o não pagamento dos financiamentos bancários, em regra, se deve à impossibilidade de fazê-lo. Almeida (2006) explica que mesmo a iminente possibilidade de perda da propriedade não é suficiente para fazer com que o camponês desista de tentar saldar suas dívidas, vendendo-na para esse fim. Diante desse cenário adverso o camponês acaba perdendo-na, porém, mantém o que Bourdieu (*apud* ALMEIDA, 2006) chama de *Habitus*, que o motivará a lutar por outra terra e a construir novamente seu território.

O conceito de *Habitus* foi trabalhado por Almeida (2006) para compreender a recriação camponesa entre os assentados do Mato Grosso do Sul. Porém, a autora lembra que Bourdieu não trabalhou especificamente com o campesinato, porém, ela utilizou seu conceito de *Habitus* para trabalhar sob a ótica da recriação camponesa.

Para Almeida (2006) o *Habitus* é resultado da aprendizagem do sujeito, mas não de forma aprisionante, como se limitada a reproduzir tradições familiares, ou seja, diante de situações novas o sujeito é capaz de inventar também novas formas de desempenhar velhas funções.

Dessa maneira, como o *Habitus* é produto histórico de um espaço social objetivamente determinado, ele está articulado a uma condição social e também a uma posição social específica; portanto, ele não é um espírito universal, mas um agente em ação que, por meio de ações estratégicas próprias de sua condição e posição social, faz a reprodução do todo, ainda que implique conflitos, lutas e transformações (ALMEIDA, 2006, p. 196).

O Sr. C. construiu seu *Habitus* camponês experimentando a autonomia da terra de trabalho. Para ele a maior dificuldade encontrada na cooperativa “é que nem todas as pessoas se aplicam como deveriam nas tarefas do dia a dia”. E a maior vantagem é a segurança alimentar, uma vez que a produção da cooperativa atende às necessidades das famílias, seja pela produção dos gêneros necessários ao autoconsumo ou pelo valor monetário acessado pelos associados, que atualmente está em torno de R\$ 700,00.

Os dois pontos levantados por ele encontram sentido na mesma lógica, a hierarquia da família camponesa. Primeiro é difícil para o camponês assumir que o trabalho que outras pessoas executam seja diferente daquele que ele mesmo desenvolve, inclusive a intensidade e o tempo de trabalho. Sobretudo, porque na unidade camponesa os filhos aprendem com o pai o sentido do trabalho, como destaca Almeida (2006, p. 331), “o trabalho é como um ritual em que os filhos, ainda jovens, são iniciados, convocados a aprender o [...] jeito do pai”.

A falta de “aplicação ao trabalho” pode ser compreendida quando observamos que a composição social da COPAVI é heterogênea, coexistem sujeitos diferentes, com isso as formas de conceberem o trabalho também são distintas, razão pela qual a insatisfação em relação ao trabalho alheio é uma constante.

Quanto à segurança alimentar, é salutar que para o camponês situado no topo da hierarquia familiar a preocupação com a comida seja relevante, pois a alimentação da família é tida como principal atribuição do pai. Segundo Almeida (2006, p. 303) “comida é mais que comida como alimento; na verdade sua representação social está diretamente ligada ao papel do pai na família e, portanto, à hierarquia”.

Uma das características da unidade camponesa é a produção de grande parte dos gêneros necessários à manutenção familiar, a COPAVI segue na mesma direção, por isso a alimentação não se configura como possível entrave para a reprodução camponesa, ponto destacado pelo Sr. C. como vantagem no trabalho coletivo.

Estas vantagens não foram determinantes para motivar a permanência da família do Sr. An. que deixou a COPAVI em 1998. Sua família residia em Cascavel-PR onde seu pai trabalhava de pedreiro, chegaram ao assentamento em 1995.

[Porque vocês vieram para a COPAVI?] Meu pai ficou sabendo do assentamento por um amigo dele, então veio conhecer, gostou e resolveu ficar. [Porque sua família saiu?] Minha mãe nunca se adaptou. [Ao coletivo?] Acho que nem era tanto o coletivo, mas o trabalho no campo é diferente da cidade (entrevistado Sr. An.).

Ao observar a divisão do trabalho na COPAVI notamos que realmente ele é diferente dos padrões urbanos. Em um dos trabalhos de campo na cooperativa observamos no edital, que fica na cozinha coletiva, uma escala de trabalho para os finais de semana. Era composto por atividades que não podem ser interrompidas seguindo uma divisão racional, como ordenha, cuidados com as vacas, molhar a horta e alimentação das aves, suínos, etc.

Este tipo de relação com a produção é típica do campo, sua constante demanda por cuidados esta diretamente ligada à manutenção da unidade camponesa. Vejamos este caso trazido por Tsukamoto (2009), que trata de camponeses que se dedicam a sericicultura.

O processo de produção de casulos necessita que o produtor se dedique tanto no cultivo da amoreira, para obter um fio de melhor qualidade, quanto nos tratos das larvas no barracão dando uma alimentação correta e cuidados sanitários adequados para a formação de bons casulos. É uma jornada de trabalho exaustiva necessitando dedicação de até 18 horas na 5ª idade do bicho-da-seda (TSUKAMOTO, 2009, p.11).

Embora seja um caso específico, no qual os camponeses encontram-se subordinados ao capital industrial, é comum no campo, tanto a jornada de trabalho

exaustiva, quanto à sujeição da renda da terra. Devemos alertar que tal relação não ocorre na COPAVI, visto que o assentamento por meio de sua organização em cooperativa escapa das diversas estratégias de apropriação da renda impostas pelo capital industrial, comercial e financeiro.

Segundo Rech (2000) este é um dos papéis fundamentais do cooperativismo, eliminar a figura do intermediário, o que neste caso supõe dupla vantagem sobre as tradicionais relações de mercado comuns entre os camponeses, pois ao venderem a produção diretamente para o consumidor final evitam que parte da renda camponesa seja transferida ao capital comercial. Por outro lado, ao não vender a produção sob a forma de matéria prima para a indústria, uma vez que o processamento é realizado internamente na agroindústria, os camponeses também ficam livres da sujeição que o capital industrial impõe ao campesinato.

O Sr. An. está residindo sozinho na cooperativa. Fez curso superior na área de Administração e atualmente está na coordenação da COPAVI. Ele é outro caso dos jovens que estão se qualificando e permanecendo no assentamento, segundo ele a intenção é permanecer, pois se adaptou bem ao coletivo.

Na intenção de demonstrar a composição heterogênea da COPAVI, agrupamos na tabela 01 os assentados entrevistados considerando sua origem, ou seja, camponês, trabalhador rural ou trabalhador urbano.

Tabela 01: Ocupação anterior dos assentados.

| Identificação | Idade | Origem | Atividade anterior | Atividade atual na COPAVI | Ano de adesão à COPAVI |
|---------------|-------|----------------------------|--------------------|---------------------------|------------------------|
| C. | 71 | Camponês | No campo | Visitação | 1993 |
| M. | 26 | Filha de camponês | No campo | Padaria | 2009 |
| Mt. | 37 | Filha de camponês | No campo | Ordenha e Laticínio | 2000 |
| T. | 41 | Filha de trabalhador rural | No campo | Indústria | 1993 |
| L. | 47 | Filho de camponês | No campo | Liberado | 1993 |
| Cla. | - | Filha de camponês | Comércio | Padaria | 1996 |
| Cl. | 35 | Filho de camponês | No campo | Horta | 1993 |
| I. | 49 | Filho de camponês | No campo | Pastagem | 1993 |
| An. | - | Proletário | Construção civil | Coordenação | 1995 |
| Cr. | 24 | Filho de camponês | Não trabalhava | Administrativo | 1993 |
| Ta. | 33 | Filha de camponês | No campo | Padaria | 2012 |
| A. | 44 | Proletário | Comércio | Liberado | 1997 |
| D. | 27 | Filha de assentado | Na COPAVI | Administrativo | 1993 |

Fonte: Pesquisa de campo. Org. ZENERATTI (2012).

Como pode ser visto, as pessoas que estão desde o início do assentamento são de origem camponesa. Com exceção do Sr. C. que era camponês-proprietário os demais são filhos de camponeses, esses não experimentaram a autonomia direta advinda do controle próprio sobre os meios de produção, pois suas unidades familiares eram geridas por seus pais. Isto possivelmente ajuda a explicar a adesão ao coletivo da qual depende a permanência no assentamento. Vejamos a fala do Sr. Cl.: “[Como o senhor vê o trabalho coletivo?] Acho que é bom o trabalho coletivo, não vejo problemas, se fosse escolher novamente escolheria o coletivo. Hoje esta muito difícil tocar terra sozinho, juntos é melhor”.

Podemos entender que para ele o coletivo não restringe a liberdade do trabalho, pois provavelmente tenha como parâmetro uma inserção no mundo do trabalho como partícipe de um produto material que resulta de decisões não exclusivamente sob o seu controle. Tal possibilidade se estreita quando se considera os camponeses que tem na bagagem a experiência da gestão da unidade de produção a seu cargo, notadamente os chefes de família, que na lógica camponesa situam-se no topo da hierarquia no tocante às decisões sobre a condução da unidade familiar.

A maior parte das atividades que as “filhas de camponeses” desempenham atualmente na cooperativa não apresentam características tradicionalmente agrícolas, como padaria e indústria, já os homens estão direcionados para atividades como horta e pastagem, visivelmente há uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres participam menos dos trabalhos rurais. Isso se repete no mundo camponês, onde a atribuição do trabalho feminino em geral é delimitada pelo quintal da casa, cabendo aos homens tudo que o extrapola, como elucida Moura (1986, p. 54):

A mulher pode estar presente nas tarefas de produção, ou ausente em grande número delas, restringindo-se a tarefas que executa no interior de sua própria casa e no terreiro que lhe é contíguo. Há no campesinato formas muito variadas de se valer do trabalho feminino, que atua complementarmente às tarefas masculinas em todos os níveis. Em certas áreas do Brasil rural, a mulher do sitiante não vai à roça trabalhar; em outras, o trabalho feminino inclui a participação no plantio e na colheita, atividades que acumula com as tarefas desempenhadas no corpo da casa e no quintal contíguo.

Na COPAVI mesmo as mulheres executando as atividades em locais específicos, fora de suas casas (como padaria e agroindústria), a divisão sexual do trabalho se dá sob esta lógica, como se a produção adentrasse aos espaços de suas residências e a lotação delas preferencialmente nestes setores indicam esta relação.

A divisão do trabalho é fator decisivo para a permanência das famílias na cooperativa, um exemplo é o Sr. I. que acata sem pesar uma longa jornada de trabalho em atividades agrícolas, rejeitando veementemente as atividades administrativas e ou industriais que são desenvolvidas no assentamento. Isso porque em determinados setores de produção e de gestão a rotina de trabalho em nada difere daquela típica do mundo fabril, a exemplo da produção de derivados de cana de açúcar.

Se para os camponeses a rotina alienante de trabalho é inaceitável, para outros ela aparece como alternativa à baixa capacidade de auferimento de renda

que o campo proporciona, quando não se tem como aliada a especialização e a escala, par indissociável da lógica de acumulação capitalista. Em tempos de economia aquecida e altas taxas de empregabilidade, o valor monetário dos salários urbanos tem contribuído para a queda na capacidade de mobilização, via acampamentos, pela realização da reforma agrária no país. Porém, trata-se de uma situação conjuntural e a demanda pela reforma agrária ainda é grande, e o nível de concentração das terras revela isso.

Aos que estão na terra, esse estímulo por vezes favorece a migração campo-cidade, particularmente dos jovens, que não vislumbram a multiplicação da terra no ritmo da multiplicação das famílias que tenderão a constituir. Obviamente esse fenômeno não pode ser colocado nos termos da tese da proletarização inexorável, mas sim da lógica excludente gestada no interior do monopólio da terra, que faz com que muitos tenham terra insuficiente para a satisfação das mais básicas necessidades vitais.

Na COPAVI, isso tem sido um fator de preocupação. Uma questão levantada pelo Sr. An. diz respeito justamente às condições econômicas do país, ponto relevante na sua opinião para a avaliação dos motivadores da rotatividade das famílias, segundo ele as possibilidades de trabalho na cidade estão fazendo com que muitos busquem trabalho fora do campo, principalmente na construção civil, “é uma realidade do momento da economia brasileira e não é só na COPAVI que isto esta acontecendo é dentro do próprio Movimento e de outros assentamentos”, explica o coordenador da cooperativa.

Não obstante, isso parece não bastar, pois para além das contradições externas que, indubitavelmente, ameaçam os assentados da COPAVI, como unidade de produção e território de vida que não reconhece o individual como princípio estruturante, há as contradições internas.

Portando, a desistência do projeto coletivo deve ser entendida dentro da própria lógica organizativa da cooperativa. O ponto central esta na posição limite de existência da COPAVI, pois ela não é uma empresa propriamente dita, como também não é uma unidade camponesa administrada somente pelo chefe da família, ela esta situada entre as duas ordens contrapostas e os processos se metamorfoseiam atribuindo uma configuração própria a esta fração do território.

Almeida (2006) adverte que não é possível transformar alguém em camponês da noite para o dia, sobretudo, porque o *Habitus* de classe camponesa é construído ao longo da vida. Para estes sujeitos, não camponeses, o trabalho na cooperativa poderá ser facilmente aceito do ponto de vista da racionalização, porém, poderá apresentar-se como entrave quanto à realização das atividades, que apresentam características camponesas na maneira de executa-las e de se relacionar com o trabalho, exigindo pensar a cooperativa como unidade.

Na fala Sr. P., que é um dos assentados que deixaram a cooperativa, podemos notar também uma clara relação de descontentamento com o tempo de trabalho: “Eu trabalhava oito horas por dia, e quando passava disso não sabia se iria compensar, agora como contratado já sei o que vou receber no final do mês”. Este assentado é contratado mensal da cooperativa, está lotado no setor de cana de açúcar. Antes de associar-se à COPAVI trabalhava como empregado rural na região de Paranacity, onde reside atualmente.

As entrevistas mostraram que a relação de grande parte dos cooperados com o trabalho é mediada pelo relógio, como podemos observar a seguir:

[Quantas horas por dia são trabalhadas?] Sra. M.: Eu trabalho oito horas por dia e 21 dias por mês. De manhã na Padaria e a tarde na escola do movimento com as crianças. Sra. Cla: Eu trabalho seis horas corridas, das 14:00 hs às 20:00 hs, pois de manhã estudo em Paranavaí, faço faculdade. Sra. T.: Eu trabalho oito por dia.

Porém, isso não acontece com todos os cooperados, o Sr. I., por exemplo, trabalha entre 10 e 12 horas por dia: “eu trabalho bastante porque sei que a cooperativa é minha, tem que trabalhar para melhorar mais as coisas”. O Sr. Cl. também segue a mesma linha: “quando não tem muito serviço trabalho nove horas por dia, mas as vezes ajudo em outros setores, ai passa disso”. Este “passa disso” pode ser entendido como prolongamento da jornada de trabalho mediante as necessidades da cooperativa. Podemos entendê-la segundo os parâmetros identificados por Chayanov (1974), que mostra a possibilidade da família aumentar o seu esforço em momentos de necessidade, porém, o diferencial é que neste caso é a cooperativa que deve ser entendida como unidade, observadas suas demandas e necessidades.

Estas diferentes maneiras de se relacionar com o trabalho são apontadas pelo Sr. C. quando diz “que nem todos se aplicam como deveriam ao trabalho na cooperativa”. São tarefas diferentes a serem executadas por sujeitos diferentes, que têm na relação de trabalho concepções próprias de sua posição social.

Na COPAVI, embora haja uma gama de equipamentos, como tratores (03), motocicleta (01), Kombi (01), tratores adaptados para trabalho na cana, conhecidos como motocana (02), caminhões (02) e micro-ônibus (01), a terra é limitada, por isso a trajetória do assentamento é marcada pela intensificação do trabalho, algo inerente ao modo camponês de fazer agricultura, como mostrou Ploeg (2008).

Relativamente à composição quantitativa da base de recursos, a mão de obra será relativamente abundante, enquanto os objetos de trabalho (terra, animais, etc.) serão relativamente escassos. [...] Este aspecto sugere que a produção camponesa é por tendência intensiva (isto é, produção por objeto de trabalho será relativamente elevada) e que a *trajetória de desenvolvimento será determinada por um processo constante de intensificação baseada no trabalho* (PLOEG, 2008, p. 61, grifo nosso).

O mesmo autor ainda esclarece ressaltando que a condição camponesa esta organizada de forma diferenciada em relação aos demais processos agrícolas de produção, sobretudo pelas práticas distintas e pelos sujeitos envolvidos.

Na COPAVI esta organização pode não ser facilmente compreendida por aqueles trabalhadores habituados com o modelo de trabalho controlado pelo relógio, para eles a intensificação do trabalho pode ser entendida como excesso de trabalho, que ao longo do tempo desmotiva a vida na cooperativa, principalmente porque os ganhos monetários podem não corresponder a essa intensificação.

Para os camponeses a questão se apresenta totalmente invertida, já que a intensidade e o tempo do trabalho não são obstáculos à sua reprodução, sobretudo, porque são nestas condições que eles estão historicamente inseridos, em última instância o trabalho é a garantia à manutenção de sua própria existência camponesa. Porém, há resistência quanto à racionalização do trabalho e da vida social, própria da condição limite que a COPAVI esta situada, entre empresa capitalista e unidade capaz de viabilizar a reprodução camponesa.

Um exemplo clássico da dificuldade dos camponeses em assimilarem o sistema coletivo às suas práticas sociais é o fato relatado a baixo sobre a restrição

em manter sob controle familiar uma pequena criação de galinhas à qual o camponês se rebelou, aqui traduzida segundo suas próprias palavras.

Eu tive um problema grande aqui quando fui começar a criar umas galinhas, sabe como é, quando chega um parente ter um franguinho, ou ter um ovinho pra mulher fazer um bolo, sem ter que pedir pra ninguém, mas a assembleia não aprovou, disse que só pode no coletivo, então eu fiz assim mesmo, fiz um galinheiro pequeno e estou criando as galinhas, é pouca coisa só pro gasto, no começo todo mundo ficou me olhando torto, mas agora ninguém liga mais (Sr. I.).

Quando falamos em autonomia camponesa estamos falando deste tipo de situação, na qual o chefe da família pode decidir o que plantar ou que tipo de criação manter em seu quintal, sempre tendo como horizonte a manutenção da família, pois como destacou Chayanov (1974) ela é o núcleo central de reprodução.

Para Fabrini (2003) ocorre uma discrepância entre os projetos dos camponeses assentados e o projeto de cooperativas coletivas trabalhadas pelo MST. Principalmente por possuírem projetos diferentes, os camponeses têm como projeto de vida uma relação hierarquizada ainda sustentada no gênero, já as cooperativas partem de um projeto de igualitarismo que limitam a autonomia da família camponesa.

Além disso, a produção camponesa não é apenas produção agropecuária. É mais do que produção agropecuária. É uma forma de produzir e reproduzir a sua existência enquanto classe e sujeitos do processo social. Implícito no conceito de camponês esta presente um conjunto de relações econômicas, políticas, sociais, religiosas, culturais e tantas outras (FABRINI, 2003, p.120).

Embora não possamos nos deter em generalizações, podemos encontrar fortes indicativos que permitem dizer que os assentados que trazem na bagagem o *Habitus* camponês encontram maior obstáculo na forma organizativa da cooperativa, sustentada sobre regras rígidas, controle da produção e divisão do trabalho.

Por sua vez, os trabalhadores que passaram pela experiência proletária e assimilaram as formas racionais de trabalho, apresentam-se mais susceptíveis aos ditames do modelo cooperativista. Porém, nesse caso emergirão as dificuldades em se adequar à lógica camponesa, sobretudo no que refere-se ao tempo e a intensidade do trabalho segundo às necessidades da cooperativa e não o calendário segundo as normas trabalhistas vigentes.

Ademais, devemos alertar que esta análise não comporta uma leitura linear da realidade, pois segundo D'Aquino (2011), algumas famílias que passaram pela vida urbana e experimentaram o trabalho racional buscam no campo uma forma de escapar desta situação, por vislumbrarem um meio de comandar suas vidas, principalmente em assentamentos individuais.

Muitos assalariados que moravam nas cidades manifestam grande resistência ao "relógio ponto" e referem-se à terra própria como meio de comandar a sua vida. Para esses assentados a terra simboliza a realização do sonho de fartura e autonomia (D'AQUINO, 2011, p. 20).

Na cooperativa os sujeitos que buscam o assentamento como saída para o controle exigido pelo trabalho racional não terão êxito, pois encontrarão algo semelhante. A família do Sr. I. se deparou com tal realidade na COPAVI, sua filha

(24 anos) se casou com um rapaz que trabalhava de soldador, vieram para a cooperativa, mas ele não se adaptou ao coletivo, hoje estão acampados no município de Congonhas-PR na intenção de conquistarem um lote individual.

[Sr. I., porque eles saíram?] Olha, ele sempre disse que aqui não era muito bom. Mas, a minha filha falou que ele não se adaptou ao coletivo, não podia nem sair sem avisar o setor, porque o trabalho tá lá pra ser feito, né? Ele queria trabalhar na roça sabe, na firma ele soldava para a usina, mas tá bom, logo eles vão conseguir o lote deles (Sr. I.).

Quando o assentado fala que não é possível sair sem avisar o setor no qual está lotado, observamos claramente a divisão racional do trabalho no interior da cooperativa. Apesar disso, acreditamos que o modelo organizativo adotado apenas reproduz o gerencial, construindo uma relação de trabalho com conteúdo próprio e que em nada se compara com a relação capitalista de acumulação e exploração do trabalhador. Mas, é inegável a reprodução da forma, principalmente expressa na produção setorializada e especializada.

Isso tanto é verdadeiro que a divisão interna do trabalho se dá pela aptidão de cada associado, não se busca o rodízio das tarefas, isso só acontece quando ocorre algum problema específico. Esta metodologia leva ao aperfeiçoamento que viabiliza o aumento em quantidade e qualidade da produção.

Um aspecto também importante a ser ressaltado é a existência de coordenadores de setores, que embora sejam responsáveis por monitorar o desenvolvimento das atividades, controlar as horas trabalhadas e prezar pelo bom andamento do trabalho, não desempenham função meramente administrativa e/ou fiscalizatória, pelo contrário, sua principal atribuição é trabalhar juntamente com os demais no desenvolvimento da atividade.

A relação entre o coordenador e os assentados é horizontalizada, não se enquadra no padrão capitalista de hierarquização, como indicado na fala de um dos assentados.

Sempre que podemos, discutimos como estão os setores, não tem ocorrido problemas, as trocas acontecem, até de coordenador. [Porque há trocas?] Normalmente para descansar um pouco o que estava na coordenação e também para que outros experimentem o trabalho [na coordenação]. [Como vocês fazem as trocas?] Primeiro se discute dentro do setor, depois vai para os núcleos e depois finalizamos na assembleia. [Os cooperados reconhecem o coordenador como chefe?] Não, chefe não. [Por quê?] chefe manda e os outros obedecem, aqui todos já sabem o que tem pra fazer (Sr. A.).

A organização utilizada nos setores produtivos advém das experiências mediadas por uma visão de mundo que não é própria do campesinato, mas que foi adquirida pela vivência dos assentados, tanto no mundo intelectual, uma vez que muitos possuem nível superior de instrução, quanto da experiência de alguns como proletários, na construção civil e no comércio.

Estas experiências, ao serem inseridas na dinâmica da cooperativa, ao mesmo tempo em que se confrontam com a tradição camponesa, pautada na tradição conservadora em oposição ao capital e à expansão das relações capitalistas, como destacou Martins (2008), também reproduzem contraditoriamente a tradição proletária, que é levada pelo capital a especialização do trabalho, ao trabalho fragmentado, ao não reconhecimento do trabalho no produto, como

evidenciado por Antonello (2011). Porém, quando incorporadas pelos cooperados da COPAVI possibilitou organizar os setores produtivos sem reproduzir os níveis de exploração vivida pelo proletariado, tornou-se um instrumento com a mesma forma, porém, com outro conteúdo.

A COPAVI por meio de seus critérios flexíveis de adesão possibilitou que o território do assentamento se construísse a partir da heterogeneidade, abrindo a possibilidade para que convergissem para o mesmo espaço sujeitos sociais com projetos distintos.

De um lado, os trabalhadores passíveis de serem associados à experiência proletária, o que certamente influencia sua leitura de mundo, seus projetos imediatos e de longo prazo, que tanto dizem respeito às trajetórias individuais no interior do assentamento quando determinam o futuro da cooperativa. De outro lado, camponeses, que em algum momento experimentaram a utopia da autonomia na terra de trabalho, e cuja coletivização a tolhe profundamente.

Porém, ao mesmo tempo em que estas diferenças levam a um alto índice de rotatividade e se apresentam como desagregadoras para a experiência cooperativista, elas são em última instância uma estratégia de resistência e fortalecimento.

Considerações finais

Este trabalho certamente não encerra as observações científicas nesta rica fração do território que é a COPAVI, antes indica que as relações estabelecidas no interior de um assentamento de reforma agrária são marcadas por avanços e recuos, sobretudo se tratando de um modelo cooperativista. Barreiras ainda existem, próprias de uma fração do território que ocupa uma posição limite, entre a racionalidade empresarial e a lógica camponesa de produção. A desistência das famílias é uma evidência disso.

Entender os possíveis motivadores para esta desistência do projeto coletivo se configurou em tarefa das mais difíceis. Para tanto, fizemos um resgate das origens dos assentados, no qual identificamos uma composição social heterogênea, composta por camponeses que em algum momento experimentaram a autonomia da terra de trabalho, por filhos de camponeses que por diversos motivos deixaram a propriedade da família para formarem suas próprias e buscarem seu território, por fim encontramos trabalhadores passíveis de serem associados a tradição proletária, pois vinham de uma relação de emprego desta natureza.

Estes sujeitos sociais inseridos na dinâmica produtiva e social da COPAVI reagiram de formas distintas, obviamente longe de querermos apontar verdades absolutas, o que seria impossível em se tratando de ciência, mas algumas questões se apresentaram como determinantes nos relatos sobre a decisão de permanecer ou se desligar da cooperativa.

Para os camponeses assentados as regras do assentamento coletivo limitam sua autonomia, exemplos como o veto à criação de galinhas para consumo próprio, num sistema individual, revela isso, do mesmo modo que a luta por autonomia se revela na recusa em acatá-lo. Outro mal estar proveniente do coletivo diz respeito à maneira como os assentados desempenham suas atividades, havendo critérios de valoração por alguns deles sobre possíveis negligências, que em suas palavras decorreriam da ausência da herança camponesa, na qual os filhos aprendem as tarefas da propriedade ainda criança, aprendendo o jeito do pai, como esclareceu Almeida (2006).

As atividades são desenvolvidas com características camponesas, nas quais o trabalho é executado segundo o tempo dos cultivos e das criações, não excluindo finais de semana ou feriados. Soma-se ainda, a necessidade de em muitos momentos intensificar o trabalho e aumentar o seu tempo em prol do assentamento, sem outra garantia que não seja a manutenção da cooperativa, relação muito comum na propriedade camponesa, na qual normalmente a terra é limitada, por isso ela é marcada pela intensificação do trabalho.

Nesta lógica os trabalhadores não camponeses encontram barreiras para permanecer no assentamento, pois suas experiências no mundo do trabalho foram mediadas por contratos, que têm no tempo do relógio seu instrumento regulador. Tanto que um ex-assentado nos revelou seu descontentamento dizendo que, quando cooperado, muitas vezes trabalhava mais de oito horas por dia e não sabia se iria compensar, isso do ponto de vista financeiro.

O fato é que em ambos os casos, em algum momento a dinâmica interna da cooperativa poderá não ser compatível com as experiências anteriores e com os projetos de futuro dos cooperados, o que pode ser um fator desagregador.

A COPAVI para minimizar os efeitos da saída das famílias adotou critérios de adesão flexíveis, não prioriza um determinado perfil de sujeitos passíveis de serem assentados, esta opção contribuiu para que a heterogeneidade se renove a cada nova adesão.

A rotatividade tem sido parte da própria dinâmica interna da cooperativa e a ela pode ser atribuída, predominantemente, pois se por um lado o cooperativismo limita a autonomia camponesa, por outro exige um esforço considerado excessivo por muitos trabalhadores não camponeses. Sem dúvida a COPAVI é fruto desta composição heterogênea, com sujeitos oriundos de classes sociais distintas que conferem a esta fração do território uma materialidade nova e particular, que têm no trabalho coletivo sua base de sustentação. Em última análise esta rotatividade se configura com fator de resistência e fortalecimento, que em meio a muitas dificuldades promove a sobrevivência da cooperativa.

Referências

ALMEIDA, R. A. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo, Unesp, 2006.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANTONELLO, I. T. Transformação socioespacial rural mediante a racionalidade capitalista no processo produtivo agrícola. **Campo – Território**. v. 6, p. 53-74, 2011.

CAMACHO, R. S. Conhecendo os camponeses-estudantes e os seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola. **NERA**. ano 14, n. 18, Presidente Prudente, p. 47-78, 2011.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA VITÓRIA - COPAVI. **Estatuto da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória**. Paranacity-PR, 2009.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.) **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. p. 15-52.

ELLEN, W; KLASS, W. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavou camponesa**. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

FABRINI, J. E. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FABRINI, J. E; MARCOS, V. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FERNANDES, B. M. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**. São Paulo, n 15, p. 59-85, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> > Acesso em: 10 Jan. 2012.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática. 1986.

OLIVEIRA, A. U. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia**. n. 25, p. 15-58, 1995.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PLOEG, J. D. V.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SCHNEIDER, J. E. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente. In: LOUREIRO, M.R. (Org.) **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SHANIN, T. **La classe incomoda**. Madrid: Alianza, 1983.

TSUKAMOTO, R. Y. Assentamentos rurais e a sericicultura como alternativa de renda: uma reflexão. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 2009, São Paulo. p. 01-16.

ZENERATTI, F. L. **O assentamento rural coletivo COPAVI: contradições e avanços no processo de territorialização camponesa**. 2012. 158f. Dissertação de

Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.